

ÀS LESBIANIDADES RESTA O ESPAÇO PRIVATIVO? A imoralidade atribuída às lésbicas em notícias sobre casos de lesbofobia¹

TO LESBIANITIES REMAINS THE PRIVATE SPACE? The immorality attributed to lesbians in news stories about cases of lesbophobia

Maria Clara Soares Rodrigues²
Livia Kelly Labanca Ferreira³
Steyce Dayane Lopes⁴
Kalliandra Quevedo Conrad⁵

Resumo: Este artigo tem como tema central a violência midiática enfrentada por mulheres lésbicas em contextos de lesbofobia. O objetivo geral é analisar a construção de notícias sobre lesbofobia e identificar enfoques, linguagens e estratégias narrativas da mídia. Os objetivos específicos são: 1) verificar as abordagens em notícias de lesbofobia; 2) analisar a linguagem, os recursos discursivos nas matérias e a construção de significados sobre o tema; 3) examinar a escolha das fontes de informação. Para isso, selecionamos três notícias do portal G1 sobre casos de lesbofobia ocorridos em 2021, 2022 e 2023. A metodologia utilizada é uma adaptação da Análise de Cobertura Jornalística de Gislene Silva e Flávia Dourado (2011). Como resultados, destacam-se a ausência do termo "lesbofobia", o apagamento das lesbianidades e a espetacularização da violência. Assim, notou-se que as mulheres lésbicas dos casos em questão são violentadas explícita e simbolicamente neste meio de comunicação.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação, Gêneros e Sexualidades. 34º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Paraná (UFPR). Curitiba - PR. 10 a 13 de junho de 2025. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 e do Programa de Pós Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

² Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) na linha de pesquisa Práticas Comunicacionais e Tempo Social, bolsista da agência CAPES. E-mail: mariaclarasoesrodrigues@gmail.com.

³ Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) na linha de pesquisa Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades, bolsista da agência CAPES. liviaklf2002@gmail.com.

⁴ Graduada em Comunicação Organizacional pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e mestranda do Programa de Pós-graduação em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) na linha de pesquisa Cultura e Sociabilidades. steyce6@gmail.com.

⁵ Docente do curso de bacharelado em Comunicação Organizacional da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), doutora e mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), pesquisadora de Pós-Doutorado no Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) e vice-coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação, Gênero e Desigualdades da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/CNPq). E-mail: kconrad@professores.utfpr.edu.br.



Palavras-Chave: *Lesbianidades; Violência; Lesbofobia; Jornalismo; G1.*

Abstract: This article focuses on the theme of media violence faced by lesbian women in contexts of lesbophobia. The main objective is to analyze the construction of news about lesbophobia and to identify the approaches, language, and narrative strategies used by the media. The specific objectives are: 1) to examine the approaches in news coverage of lesbophobia; 2) to analyze the language, discursive resources in the articles, and the construction of meanings around the topic; 3) to investigate the selection of information sources. To achieve this, we selected three news articles from the G1 portal about cases of lesbophobia that occurred in 2021, 2022, and 2023. The methodology used is an adaptation of the Journalistic Coverage Analysis by Gislene Silva and Flávia Dourado (2011). Among the results, the absence of the term "lesbophobia," the erasure of lesbian identities, and the sensationalization of violence stand out. Thus, it was noted that the lesbian women in the cases in question are subjected to both explicit and symbolic violence in this means of communication.

Keywords: *Lesbianities; Violence; Lesbophobia; Journalism; G1.*

1. Questões introdutórias

O jornalismo, como “um dos principais articuladores da produção dos saberes que orientam a (e se orientam na) cultura” (Veiga, 2010, p. 34), tem um papel central na construção de imaginários sociais a respeito de acontecimentos, sujeitos e violências. Desse modo, por acreditar que o jornalismo não ocupa um lugar passivo de informar a população dos eventos ocorridos numa determinada temporalidade, discorremos, neste trabalho, sobre as notícias sobre lesbofobia em ambientes públicos para compreender como os contextos sociopolíticos e preconceitos enredam esses discursos e emergem a partir dos próprios.

Essa ideia se alinha ao conceito de imaginário proposto por Patrick Charaudeau (2007) acerca das construções discursivas e seus impactos na sociedade. Charaudeau (2007) diz que as construções sociais têm impacto nas ações geradas sobre esses corpos, sobre o que é permitido ou não, a partir do juízo de valor.

A imaginação é um modo de apreensão do mundo que nasce na mecânica das representações sociais, que, como dissemos, constroi sentido sobre os objetos do mundo, os fenômenos que nele ocorrem, o ser humano e seus comportamentos, transformando a realidade em uma realidade significativa. Resulta de um processo de simbolização do mundo de ordem afetivo-racional por meio da intersubjetividade das relações humanas, e está depositado na memória coletiva. Assim, a imaginação tem uma dupla função de criar valores e justificar a ação (Charaudeau, 2007, p. 3).

As definições propostas por Audre Lorde (2019) são importantes para compreender como esses imaginários se materializam em práticas discriminatórias. A autora propõe definições importantes, tais como “homofobia”, que seria “o medo de sentimentos amorosos

por membros do próprio sexo, o que se reflete em ódio por esses sentimentos em outras pessoas” (Lorde, 2019, p. 55). Essa definição nos permite entender como a homofobia não é apenas uma reação individual, mas um fenômeno socialmente construído, alimentado por representações discursivas que estigmatizam relações. A segunda significação é fornecida para “heteronormatividade”, entendida como “a crença na superioridade inerente a um padrão de amor, o que implicaria seu direito à dominância” (2019, p. 55). Barretos (2021) também reitera esse argumento ao dizer que a heteronormatividade é “resultante de diversas normatizações que compreendem a heterossexualidade como a única forma natural e normal, além de responsável pela conformação social” (p. 44). Nessa perspectiva, ao instituir o que é normal, também há a imposição daquilo que não é, ou seja, da dissidência (Barretos, 2021). Essas noções resultam de imaginários de superioridade em relação ao modo de se comportar, existir, expressar a sexualidade e/ou de performar o gênero (Butler, 2018).

Para entender o papel social do jornalismo na construção de imaginários sociodiscursivos, a presente pesquisa será pautada em uma adaptação do protocolo metodológico de Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), desenvolvida por Gislene Silva e Flávia Dourado (2011). Esta metodologia propõe averiguar pontos que vão além da notícia em si, verificando reflexões do fazer jornalístico (sobre as escolhas realizadas, como o acionamento de determinadas fontes ou imagens escolhidas para compor o material). Assim, o objetivo deste método é entender a produção como um todo, e traçar a sua construção com base nos detalhes.

A partir desta pesquisa, objetivamos responder alguns questionamentos: como as lesbianidades são acionadas pelos veículos jornalísticos? Há uma contextualização de que a lesbofobia não é um caso isolado, mas sim sistêmico? As vítimas são violentadas novamente pela mídia? Neste sentido, o objetivo geral consiste em analisar como as notícias que abordam a lesbofobia são construídas e veiculadas, identificando os enfoques, linguagens e estratégias narrativas utilizadas pela mídia. Para tanto, o estudo se desdobra em objetivos específicos que visam: 1) identificar as principais abordagens das notícias sobre lesbofobia 2) analisar a linguagem e os recursos discursivos empregados nas matérias jornalísticas, observando como esses elementos (ou a ausência deles) contribuem para a construção de sentidos sobre o tema; 3) verificar como as fontes de informação são selecionadas e representadas nessas notícias.

No primeiro tópico do texto discutimos acerca do lugar da mulher lésbica na sociedade e, na sequência, sobre como a mídia torna os corpos lésbicos vulneráveis a outras violências. Depois disso, explicitamos o percurso metodológico, no qual detalhamos o procedimento de coleta do *corpus* (composto por três matérias jornalísticas). Posteriormente, abordamos a análise (com base em uma adaptação do protocolo metodológico de ACJ) e, por fim, as considerações finais.

2. A associação entre lesbianidades e imoralidade: qual espaço é reservado às lésbicas na sociedade heteronormativa?

Qual é o espaço reservado às lésbicas na sociedade heteronormativa? Quando menciona-se, por exemplo, que seus afetos devem ser realizados em um âmbito privado, revela-se, de certa forma, o espaço em que as lesbianidades podem ocorrer. O que deve ficar distante dos olhos da sociedade é, comumente, associado ao que é imoral. De acordo com o dicionário Michaelis (2025), há vários significados para “moralidade”, um deles é: “atitude, conduta ou pensamento norteados por princípios e valores morais e aceitos socialmente”. Para Plaisance (2011), a moralidade se refere “a um conjunto de crenças que adotamos para ajudar a entender o que é bom e o que é mau no mundo em que vivemos” (p. 25). O autor ainda acrescenta que, normalmente, não questionamos a validade dessas crenças e os valores que as norteiam. Isto é, não indagamos quem instituiu essas regras e ideais que definem o que é correto ou não, o que é puritano ou condenável. Assim, estariam as lesbianidades atreladas ao que não é um “valor moral”?

Essa ideia de julgar o que é moral ou imoral é muito aplicada nas sexualidades, já que apenas uma é entendida como correta - a heterossexual. Gayle Rubin (2017), neste sentido, afirma que grande parte dos discursos sobre sexo, sejam eles religiosos, políticos ou psiquiátricos, “delimitam uma porção bem pequena da capacidade sexual humana e a qualifica como potencialmente santa, segura, saudável, madura, legal ou politicamente correta” (p. 85). Isto é, somente a heterossexualidade é reconhecida como positiva e respeitável - como moral. Enquanto isso, às outras orientações sexuais resta a estigmatização, o diagnóstico de transtorno psicológico e a falta de assistência governamental em diversos âmbitos.

Julgar outras formas de vivenciar a sexualidade como politicamente condenáveis, anormais e incorretas – especialmente fazendo uso de discursos conservadores e religiosos – configura-se como uma estratégia utilizada para manter as pessoas fora da lógica de inteligibilidade sexo-gênero-desejo⁶ (Butler, 2018) em um lugar subalterno, seja política, social e/ou moralmente.

Pensando especificamente sobre as lesbianidades, as lésbicas são vítimas de preconceitos por infringirem as regras de dois sistemas: o patriarcal e o heterossexual. A lesbofobia, nesse sentido, caracteriza-se como sendo “um instrumento de legitimação de uma hierarquia em torno da sexualidade e da identidade de gênero, sendo, portanto, um mecanismo responsável pela manutenção da ordem social patriarcal” (Santana, 2014, p. 158). Mas, quando a lésbica é perpassada por outras interseccionalidades⁷, como raça, classe e idade, outras hierarquizações são acrescentadas nessas vivências (Ziller; Barretos, 2020).

Por desviarem daquilo que é considerado “ser mulher” na sociedade patriarcal, isto é, em razão de não estarem completamente disponíveis sexual, física e/ou emocionalmente aos homens, as lésbicas não são consideradas mulheres (Wittig, 2022), principalmente quando não performam o que é entendido socialmente como feminilidade. Isso porque, segundo Butler (2018), a performatividade de gênero de cada indivíduo está em constante vigilância, desde antes do nascimento até o fim da vida, e está sujeita a retaliação caso ela não aconteça da forma esperada.

Para Braga, Caetano e Ribeiro (2018), as expectativas de gênero estão relacionadas com o novo ser a partir da descoberta de sua existência: a decoração do quarto, os brinquedos e o nome alinhado com o gênero pré-definido pelos médicos são alguns exemplos. Depois do nascimento, esse novo ser terá a maneira como se comporta constantemente avaliada como “certa ou errada” de acordo com a proximidade ou afastamento da heteronormatividade, respectivamente (Butler, 2024). Neste sentido, Wermuth e Canciani (2018) definem a heteronormatividade como um “sistema que regula as relações afetivas e sexuais de forma binária e dualista” (p. 14).

⁶ Judith Butler (2018) propõe que a inteligibilidade do sujeito depende da coerência entre sexo, gênero e desejo dentro das normas sociais. Ou seja, para ser reconhecido como “legítimo”, um indivíduo deve corresponder às expectativas de que seu gênero deriva de um sexo biológico fixo e que seu desejo se alinha à heterossexualidade. Esse modelo normativo exclui identidades que não seguem essa lógica, tornando-as invisíveis ou abjetas.

⁷ A interseccionalidade, segundo Kyrillos (2020), “pode ser entendida como uma ferramenta de análise que consegue dar conta de mais de uma forma de opressão simultânea” (p. 1).

A discussão sobre heteronormatividade nos direciona a dois conceitos-base nos estudos das lesbianidades: o de heterossexualidade compulsória (Rich, 2019) e o pensamento hétero (Wittig, 2022). Rich (2019) define a heterossexualidade como algo que tem que ser “imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido à força” (p. 35), isto é, uma instituição reiterada socialmente como a única possibilidade válida. Para Rich (2019), um dos mecanismos de imposição da heterossexualidade é, inclusive, “tornar invisível a possibilidade lésbica” (p. 63) como estratégia para ser a única via legítima e uma forma de “assegurar o direito dos homens de acesso físico, econômico e emocional” (Rich, 2019, p. 63) às mulheres. Desse modo, ao vivenciar a sexualidade de modo distinto do normativo e ir contra o sistema hegemônico de dominação heteronormativa-patriarcal, a existência lésbica passa a ser desumanizada e reconhecida como antinatural, à margem da aberração, do abjeto (Wittig, 2022).

Sobre esse contexto, Wittig (2022) discorre sobre o caráter totalizante e universal da heterossexualidade, que está intrínseca nos contextos socioculturais, na história, na linguagem e em todos os fenômenos subjetivos – que deveriam ser individuais. O pensamento hétero, segundo Wittig (2022), ocupa tantas instâncias sociais, políticas e econômicas ao ponto de se suas leis serem “aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos” (p. 62), o que resulta em um obrigatório “serás-hétero-ou-não-serás” (p. 63). Como consequência, conforme Louro (2000), há uma pressuposição heterossexual que “todos os sujeitos têm uma inclinação para eleger como objeto de seus desejos, afetos e jogos sexuais alguém do sexo oposto” (p.10), o que estigmatiza todas as outras formas de vida como anormais. Prado e Machado (2008) denominam essa estratégia dominante de tornar válidas e universais um conjunto de experiências que deveriam ser particulares como “monocultura do saber”, e argumentam que é um desperdício das experiências plurais.

Para Wittig (2022), a origem desse pensamento totalizante está nas próprias categorias binárias, que reduzem a existência humana a dois gêneros – masculino e feminino – e moldam nossas existências, pensamentos e subjetividades ao ponto de não conseguirmos imaginar “uma cultura, uma sociedade em que a heterossexualidade não ordene não só todas as relações humanas, mas também sua própria produção de conceitos e todos os processos que fogem do consciente” (Wittig, 2022, p. 62).

Muitas vezes, como nos casos discutidos na sequência, o discurso de lesbofobia se apoia na imoralidade para afirmar que o “lugar das lésbicas e das sexualidades é no ambiente privativo, afastadas da sociedade heteronormativa para não ‘corrompê-la’, especialmente se trocarem qualquer tipo de afeto” (Rodrigues, 2024, p. 75). A visão pejorativa do afeto, aqui, não está relacionada às ações em específico, mas sim com quem as pratica. Enquanto as carícias entre casais heterossexuais são consideradas normais e apropriadas – em qualquer ambiente – um simples beijo atribui às lesbianidades o imaginário daquilo que é pervertido, indecente e má influência para todos que estiverem no mesmo ambiente.

3. A mídia como cúmplice: a violência midiática em notícias sobre lesbofobia e lesbocídio

Segundo Miranda (2017), a forma com a qual os meios de comunicação divulgam notícias e abordam assuntos influencia significativamente na formação da opinião pública⁸. Afinal, a partir da maneira com a qual determinadas temáticas são pautadas é que elas chegam (ou não) a serem debatidas na sociedade. Nesse sentido, o jornalismo age não só reiterando imaginários patriarcais, misóginos⁹ e lesbofóbicos, mas também – seguindo critérios subjetivos, estruturais e normativos – seleciona as informações que julga como relevantes para vir à tona e circular socialmente.

Sob essa perspectiva, é importante levar em consideração o contexto sociopolítico dos textos, uma vez que o “saber jornalístico” atravessa e é atravessado por sentidos, contextos sociais, políticos e culturais e, neste caso, associado às matérias que tratam sobre lesbianidades. Abril (2007), sobre essa reflexão, pontua que ao “analisar os textos é necessário alargar o olhar para que seja possível abarcar as dinâmicas sociais complexas com as quais eles dialogam e das quais eles derivam” (p. 114). Isto é, as produções textuais acionam e emergem a partir de subjetividades, pensamentos dominantes, interpretações de mundo e posicionamentos sociais, então não há como dissociá-las do contexto que estão

⁸Pensamos esse conceito em consonância com a descrição de Figueiredo e Cervellini (1995, p.116), que afirmam que ela se trata de “todo fenômeno que, tendo origem em um processo de discussão coletiva e que se refira a um tema de relevância pública (ainda que não diga respeito à toda a sociedade), esteja sendo expresso publicamente, seja por sujeitos individuais em situações diversas, seja em manifestações coletivas”. Sendo assim, nesse trecho do artigo entende-se que os meios de comunicação fomentam essa discussão coletiva e, desse modo, influenciam significativamente na formação da opinião pública.

⁹ A palavra “misoginia”, segundo o dicionário Michaelis (2024, s.p.), significa “antipatia ou aversão mórbida às mulheres”.

inseridas. Desse modo, ao produzir narrativas que desrespeitem mulheres vítimas de lesbofobia e acionar preconceitos direcionados a elas, o jornalismo retroalimenta o ciclo de subalternização e exclusão de sujeitas já vulnerabilizadas socialmente.

Fernandes e Cerqueira (2017), sobre essa reflexão, pontuam acerca da importância de tratar a “violência contra as mulheres como um crime que, por razões históricas e culturais, caracteriza-se como um problema social, para que não seja banalizada ou tratada como uma situação isolada, pontual, desprovida de um caráter ideológico” (p. 23-24). Isso porque, quando não há uma contextualização sobre o caráter sistêmico da violência de gênero e contra pessoas LGBTQIAPN+, dificilmente esses crimes entram para debate público com a seriedade e gravidade merecidas. Como consequência, não são vistos como questões de emergência pública que precisam de assistência institucional para serem enfrentadas.

Diante desse cenário, é imprescindível repensar a forma como as notícias que tratam de violências contra mulheres lésbicas são construídas. Cynthia Miranda (2017), evidencia que é preciso desenvolver narrativas que “não destaquem a potência do agressor, não desresponsabilizem o autor pelo crime, evitem abordagem romantizada do crime e não culpabilizem a vítima” (p. 21). Ademais, ainda de acordo com Miranda (2017), combater o machismo e a misoginia nos textos jornalísticos é um caminho essencial para que mulheres e pessoas LGBTQIAPN+ sejam representadas de forma justa, digna e respeitosa. Afinal, é dever do jornalismo “atuar para romper os estereótipos responsáveis pela naturalização da violência” (Miranda, 2017, p. 18).

Rodrigues e Oliveira (2021) discutem como a estrutura do texto pode ter um grande impacto em seu sentido, pois, em uma estrutura textual, ao usar voz passiva em vez de voz ativa, por exemplo, a pessoa responsável por cometer uma violência pode ser isentada do ato, enquanto a vítima, culpabilizada e violada novamente. Ademais, o ato de narrar não só provoca um agir no mundo, mas se caracteriza como sendo, ele próprio, um agir no mundo, e “esse agir pode ser igualmente violento, tornando o jornalismo um agente agressor” (Caldeira *et al*, 2017, p. 94).

A violência midiática, assim, emerge como uma agressão múltipla no contexto de mulheres lésbicas que tiveram, e ainda tem, seus corpos e situações expostas em manchetes e notícias desrespeitosas ou que não contemplam, de fato, todas as nuances da situação vivida - ao não nomear a violência como lesbofobia, por exemplo. Essa omissão ou distorção reforça

a invisibilidade e a marginalização dessas mulheres, perpetuando ciclos de violência simbólica e física, determinando os espaços que seus corpos devem ocupar.

Pensando acerca dos espaços que os corpos lésbicos ocupam nesse contexto midiático, as reflexões sobre as noções de técnicas do corpo proposta por Mauss (1974) nos parecem úteis, já que evidenciam que os sujeitos, em seus contextos específicos, aprendem a servir-se de seus corpos de acordo com normas sociais e culturais. Segundo o autor, “temos um conjunto de atitudes permitidas ou não, naturais ou não. Assim, atribuímos valores diferentes ao fato de olhar fixamente: símbolo de cortesia no exército, de descortesia na vida corrente” (1974, p. 408). Embora Mauss não trate diretamente da questão das lesbianidades e lesbofobia, sua noção de técnicas do corpo pode ser aplicada para repensar como a violência midiática perpetua estigmas e questões-problema nesse sentido. Ao evidenciar representações que colocam em xeque a sexualidade das mulheres lésbicas ou que espetacularizam seus corpos, a mídia se configura como um agente de violência, cuja atuação é profundamente problemática. Por meio da reiteração dessas representações, consolidam-se imaginários sociais e perspectivas que naturalizam hierarquias de poder, determinando quais corpos podem ser violentados, expostos ou submetidos a processos de invisibilização, reforçando assim estruturas de opressão e exclusão.

Ademais, a violência midiática não se limita ao conteúdo das notícias, mas também se manifesta na falta de visibilidade dos casos. No contexto das vivências lésbicas, identifica-se a interseccionalidade de múltiplas opressões que atravessam determinados corpos, de maneira a definir quais desses corpos terão visibilidade midiática e sob quais condições essa visibilidade será construída. Segundo Soares e Peres (2017, p. 8), em uma pesquisa sobre casos de lesbocídios, “os crimes cometidos contra lésbicas brancas são mais recorrentemente investigados do que os crimes cometidos contra lésbicas negras ou indígenas”. O mesmo se aplica à cobertura midiática, que dá mais atenção aos corpos que se aproximam da normatividade, pois são vistos como corpos que têm mais valor, ou como vidas que “importam mais”.

Ao refletir sobre os espaços ocupados pelos corpos lésbicos em matérias jornalísticas, este estudo propõe-se a delinear um percurso metodológico que permita estabelecer conexões entre o referencial teórico apresentado e a análise de casos empíricos de lesbofobia, como será visto na sequência.

4. Percurso metodológico - do *corpus* à análise

O recorte empírico deste estudo é constituído por três matérias jornalísticas¹⁰ sobre casos de lesbofobia em ambientes públicos, que foram coletadas a partir da busca “lesbofobia no ambiente público” na ferramenta *Google*. Todas as matérias foram veiculadas no portal G1 e selecionadas com base em critérios específicos: a ocorrência de lesbofobia, o contexto de ambientes públicos (entendidos aqui como locais de ampla circulação de pessoas) e a temporalidade relativamente recente (últimos cinco anos) são alguns deles. A escolha do portal se deve à sua grande audiência e autoridade social e a decisão de utilizar matérias deste único veículo tem o intuito de garantir uma base comparativa homogênea, minimizando possíveis discrepâncias na análise devido a diferenças editoriais ou de abordagem entre veículos distintos.

O primeiro caso de lesbofobia (nomeado como N1 na análise) ocorreu quando um casal de mulheres, Raissa Furlan e Beatriz Péulopi, tiveram o pedido cancelado em um bar após trocarem um selinho em Catanduva (SP). O violentador em questão é o dono do estabelecimento e fez um gesto que significa “aqui, não”, referindo-se que, naquele espaço, não seriam permitidas trocas afetivas entre mulheres. O segundo caso (N2), por sua vez, aborda o caso de lesbofobia em que um casal de namoradas – que optaram por não serem identificadas na matéria – foram agredidas verbal e fisicamente por um homem (única identificação fornecida na matéria), que disse às vítimas que não as aceitava naquele ambiente por serem “homossexuais”. Após proferir diversas ofensas, o agressor arremessou um banco em uma das mulheres. O terceiro caso (N3) ocorreu em um *shopping center* em Teresina (PI), onde o agressor abordou o casal de lésbicas e pediu que “evitassem beijinhos”, alegando a presença de crianças no local.

¹⁰ Para acessar as notícias, utilize os *links* abaixo:

N1: Casal de mulheres registra queixa na delegacia após trocar "selinho" em bar e ter pedido cancelado: "Dói muito". Disponível em: [link](#). Acesso em 1 fev. 2025.

N2: Jovem lésbica é atingida por banco na cabeça por estar namorando em bar em SP. Disponível em: [link](#). Acesso em 1 fev. 2025.

N3: Casal de lésbicas denuncia ter sofrido homofobia em shopping de Teresina: ‘evitem beijinhos’, disse agressor. Disponível em: [link](#). Acesso em 1 fev. 2025.

Para a análise desse *corpus*, realizamos uma adaptação do protocolo metodológico da ACJ, desenvolvido por Silva e Dourado (2011). Essa metodologia propõe a análise do material jornalístico em três níveis: (1) marcas de apuração, (2) marcas da composição do produto e (3) aspectos da caracterização contextual. O objetivo é compreender a produção jornalística selecionada em sua totalidade, analisando desde os detalhes específicos até a construção geral das narrativas. E, tendo em vista as particularidades do *corpus* aqui analisado, foram feitas adaptações para contemplar a questão do contexto lésbico.

Nesta pesquisa, esse protocolo metodológico foi ajustado com o objetivo de utilizar os aspectos de cada nível para verificar se há presença de violência midiática contra mulheres lésbicas, com base nos elementos disponíveis nas matérias selecionadas. No primeiro momento, verificamos os recursos textuais – tais como título, linha fina e trechos que compõem a matéria. No segundo, analisamos como os discursos lesbofóbicos são narrados. No terceiro, verificamos a presença (ou não) de contextualização da violência e a escolha de fontes, atentando-se ao que elas nos dizem sobre a produção e a apuração jornalística desses casos. E para finalizar, o olhar analítico se centra nos recursos visuais, como imagens e vídeos, utilizados para compreender como podem ser articulados para fortalecer - ou não - a violência midiática. Considerando o caráter estrutural lesbofóbico da sociedade, que se manifesta em casos de violência, na subnotificação destes e na negação de direitos básicos a mulheres lésbicas, é fundamental que o tratamento midiático desses temas seja pautado pelo respeito, pelo cuidado e pela divulgação de informações relevantes e precisas.

Para a aplicação dessa metodologia, elaboramos duas figuras que detalham as informações textuais sobre as violências e evidenciam a escolha das fontes. Além disso, também desenvolvemos uma análise escrita sobre as especificidades de cada matéria, incluindo o conteúdo textual e imagético, a presença de discursos lesbofóbicos, violências explícitas e as informações fornecidas sobre as vítimas e os agressores. Identificamos as matérias como N1, N2 e N3, de acordo com o ano de ocorrência dos casos (2021, 2022 e 2023, respectivamente).

5. O *corpus* dos corpos lésbicos em análise

Busca-se analisar, nesta seção, como se dá a construção de notícias sobre lesbofobia e identificar enfoques, linguagens e estratégias narrativas da mídia. A exposição dos elementos

de cada matéria possibilita uma análise comparativa e detalhada, que contribui para uma reflexão crítica sobre o papel do jornalismo na reprodução ou no combate a práticas lesbofóbicas. Na sequência, serão apresentadas as figuras e as análises decorrentes da averiguação desses materiais. A análise se propõe a unir os três níveis de investigação - apuração, composição do produto e caracterização contextual - e têm como foco realizar um mapeamento textual e imagético das notícias.

Como exposto, o protocolo metodológico possui partes que o compõem. Nesse sentido, serão apresentados, sobre cada item do *corpus* os aspectos de análise, sendo estes: recursos textuais, contextualização das notícias e violências, acionamento de fontes e análise imagética. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos recursos textuais (incluindo linguagens e estratégias narrativas utilizadas), será exposto, na figura 1, um agrupamento das discussões iniciais sobre esses aspectos, que serão descritos na sequência.

FIGURA 1

Informações textuais sobre as violências

Nº	TÍTULO	LINHA FINA
N1	Casal de mulheres registra queixa na delegacia após trocar selinho em bar e ter pedido cancelado: 'Dói muito'	Dono do estabelecimento de Catanduva (SP) diz que foi um mal-entendido, e que já fez pedido de desculpas.
N2	Jovem lésbica é atingida por banco na cabeça por estar namorando em bar em SP; VÍDEO	Casal diz que agressões verbais começaram após elas terem se beijado. Caso aconteceu em São Vicente (SP).
N3	Casal de lésbicas denuncia ter sofrido homofobia em shopping de Teresina: 'evitem beijinhos', disse agressor	O casal registrou um boletim de ocorrência na manhã desta quinta-feira (5). O shopping emitiu uma nota repudiando o caso.

FONTE – Autoria própria, 2025.

Nas três matérias analisadas, é possível perceber o uso da voz passiva nos títulos. Rodrigues e Oliveira (2021) discorrem a respeito disso, especialmente nos títulos em matérias

sobre violência, já que isso pode alterar toda a construção sintática e tornar o objeto direto da frase um sujeito. Por meio dessa estrutura, muitas vezes, o agressor não aparece no título como causador da ação - da violência - o que pode colocar a vítima em uma posição de ser responsabilizada pelo crime cometido contra ela. Segundo Bueno e Reino (2022), a função do título é “anunciar a notícia, informando de forma clara e resumida o fato, ao mesmo tempo que ser atraente” (p.25). Atender a esses pré-requisitos é imprescindível, e pode ser feito de maneira respeitosa e ética, não sendo necessário apelar para títulos voltados para a isca de cliques¹¹ ou que façam as vítimas passarem por outras violências.

Na N1, por exemplo, o sujeito da frase é “casal de mulheres”, o violentador sequer é citado, a não ser na linha fina, em que aparece a defesa do agressor (de que a situação não passava de um mal-entendido) antes mesmo de apontar que ele foi o responsável pela lesbofobia. Tal construção não é adequada, uma vez que o título e a linha fina configuram-se como a “porta de entrada” para a notícia, são os primeiros critérios “de seleção que o leitor usa para decidir se continua ou abandona a leitura do texto” (Bueno; Reino, 2022, p. 23). Portanto, na matéria N1 as informações que a leitora ou o leitor têm antes de prosseguir na leitura são que: 1) um casal de mulheres sofreu uma violência, mas não se sabe por quem foi causada 2) que o agressor já se desculpou e que tudo foi um mal-entendido.

Na matéria N2, por sua vez, o título “Jovem lésbica é atingida por banco na cabeça por estar namorando em bar em SP; VÍDEO”, além de estar na voz passiva e o agressor não ser citado, a construção “por estar namorando” sugere uma culpabilização da vítima, desfocando a responsabilidade do violentador. Enquanto a ênfase do título deveria ser no ataque motivado por lesbofobia, a construção dá a entender que as ações das vítimas são as causas diretas da violência. Ademais, a menção da palavra “VÍDEO” no título, principalmente por estar em *caps lock*, funciona como uma estratégia de isca de cliques para atrair o olhar do leitor, pois espetaculariza um ato de agressão e o torna um conteúdo mercantilizado. A linha fina *Casal diz que agressões verbais começaram após elas terem se beijado. Caso aconteceu em São Vicente (SP)*, novamente, coloca as vítimas como

¹¹ Para Santos (2024, p.194) esse conceito estaria atrelado a “um mecanismo de produção de títulos que despertem o interesse dos leitores, fazendo-se valer de referências a assuntos polêmicos, atuais ou a questões que já são reconhecidas como de grande curiosidade para diferentes comunidades, referências que, de fato, não estarão presentes no próprio corpo do texto da notícia”.

responsáveis pela própria violência que sofreram e, nesta matéria, o agressor não é citado no título nem na linha fina.

Na N3, o sujeito do título é “casal de lésbicas” e o agressor, colocado como objeto direto, aparece apenas no final da frase. Nessa construção, o agente da ação não é o agressor e, novamente, o ataque lesbofóbico não é o destaque. A prova disso está no fato de que é possível remover o agressor da frase e, mesmo assim, compreendê-la perfeitamente. Isso ocorre porque, neste caso, a menção ao agressor está sendo colocada como facilmente dispensável. Na linha fina, mais uma vez, o foco está na ação das vítimas e na nota de repúdio emitida pelo *shopping*. Ou seja, nem no título nem na linha fina há protagonismo sobre a atitude lesbofóbica do violentador.

5.1 Uma análise sobre os discursos lesbofóbicos presentes nos textos

Como dito anteriormente, as informações selecionadas para vir à tona nas matérias sobre determinado assunto tem total influência na recepção e produção de sentidos acerca dele. Por isso, uma das etapas de nossa metodologia é analisar o discurso lesbofóbico presente no corpo das matérias. Na N1, os discursos lesbofóbicos se referem ao fato do agressor ter feito o símbolo de “aqui, não” para a troca afetiva das vítimas e, posteriormente, cancelado o pedido delas. A atitude do violentador, além de lesbofóbica, implica em uma tentativa de demonstrar superioridade, por ser proprietário do estabelecimento e homem, já que na lógica patriarcal essa posição identitária é privilegiada de diversas formas.

A N2, por sua vez, é o material do *corpus* que se destaca por ser o que explicita mais frases lesbofóbicas a respeito da violência que as vítimas sofreram, com um total de 9 trechos que remetem à isso. Na frase “tem lugar para vocês fazerem isso, vão para casa”, ao sugerir que as vítimas se recolham ao ambiente doméstico – um espaço longe do olhar da sociedade –, o agressor reforça o conceito de imoralidade discutido anteriormente, que associa os afetos lésbicos a algo que deve ser repreendido e escondido. É possível relacionar isso com as discussões de Karina Barbosa (2020) acerca dos filmes *Ponte para Terabitia* e *O labirinto do fauno*. Segundo a autora, são mostradas protagonistas que fogem do padrão de feminilidade, ousam sair de casa e, por isso, acabam morrendo, o que evidencia um “ensinamento” sobre o que pode acontecer com meninas que se atrevem a ir para fora do lugar que lhes é designado.

Ainda na mesma notícia, ao dizer que “o bom é que compra um e leva dois”, o violentador sugere que a relação entre mulheres tem o intuito de satisfazer sexualmente os

homens (como fetiche) e deixa claro que as objetifica. Segundo Haraway (2019), na sociedade machista e misógina “a mulher não é simplesmente alienada de seu produto: em um sentido profundo, ela não existe como sujeito, nem mesmo como sujeito potencial, uma vez que ela deve sua existência como mulher à apropriação sexual” (p. 178). Ainda, quando o agressor diz “vou puxar a cinta” enfatiza que, caso o casal de mulheres não o obedeça, ele – como homem – tem o direito de fazer uso da força e da violência para coagir as vítimas e fazê-las “entrar na linha”.

Na N3, é explicitado na notícia que o agressor afirma que por haver crianças no ambiente, as vítimas deveriam evitar trocas afetivas, associando o carinho lésbico como algo errado e impuro, que poderia corromper a sociedade heteronormativa e, especialmente, influenciar as crianças a praticarem tal “ato pecaminoso”. Ao exigir que as vítimas se recolhessem a um ambiente privado para trocarem um beijo – afeto que, certamente, não incomodaria se feito por heterossexuais – o agressor coloca o carinho entre mulheres como algo repulsivo, que fere os olhos da sociedade e que deve ser realizado “às escondidas”.

Nas três notícias em questão, as vítimas sofreram punições por romperem com o padrão esperado. Na N1, Raíssa e Beatriz tiveram seu pedido cancelado, o que constitui uma estratégia de coerção para privá-las de frequentar não só aquele lugar, mas ambientes públicos em geral. É uma forma de explicitar às lésbicas que não são bem-vindas na sociedade. Na N2, além de agressões verbais, o violentador, ao ser contrariado pelas vítimas, profere uma agressão física contra uma delas, como maneira de afirmar sua masculinidade e sua “força-potência-dominação” (Saffioti, 2015, p. 80). Na N3, de forma similar com os outros casos, as vítimas também sofreram agressões verbais e foram interpeladas a não trocarem afetos em locais públicos. O ponto em comum nesses casos é que os sistemas machista, patriarcal e lesbofóbico, por meio de diversas instituições – jurídicas, culturais, políticas e sociais – tentam cercear os direitos de mulheres lésbicas, inclusive o de serem visíveis - e o de amar publicamente.

5.2 Enquadrando a violência: como os episódios são (ou não) contextualizados?

Outro ponto do protocolo metodológico adotado refere-se à contextualização da violência exposta. Em nenhuma das matérias há contextualizações a respeito do caráter sistêmico das violências contra as lesbianidades, o que configura-se como uma maneira de invisibilizar a real proporção e incidência desses crimes. Isso porque, ao tratar os casos como

únicos e dissociados da estrutura social lesbofóbica, dificulta que o público tenha dimensão sobre as violências direcionadas às lesbianidades (Barretos, Ziller, Xavier, 2024). Como consequência, a questão não é reconhecida como um problema social que precisa de políticas públicas específicas para ser solucionado.

Por isso, em casos resultantes de violências sistêmicas, é fundamental identificá-los como frutos de estruturas específicas e, neste caso, lesbofóbicas, de modo a explicitar um panorama mais amplo das violências para que sejam compreendidas com a devida seriedade e gravidade. Sendo assim, é notório um ponto observado em todo o *corpus*: a falta de denominação específica das violências contra as lésbicas. Apesar das matérias enfatizarem que os crimes ocorreram por razões homofóbicas (o que é importante pois evidencia a motivação discriminatória), não evocam o termo “lesbofobia”, tão necessário para compor o imaginário social. Ao nosso ver, denominar violências de forma particular e precisa é essencial para: 1) universalizar e trazer tais termos para o debate público; 2) identificar e lutar contra aquilo que fere, mata e/ou cerceia direitos das mulheres lésbicas; 3) ter dimensão do panorama de violências contra lésbicas.

Ao não acionar o termo “lesbofobia”, as três matérias corroboram a possibilidade dessa violência específica ser apagada dentro de categorias mais amplas – como a da homofobia – que tipifica o ódio e a violência contra o grupo LGBTQIAPN+ em geral. Dessa forma, é importante identificar a lesbofobia porque o termo evoca não só violências direcionadas à dissidência de sexualidade, mas também o ódio e a dominância sobre os corpos femininos que regem o machismo e o patriarcado.

Neste sentido, há uma situação ainda mais preocupante, na matéria N3 o caso sequer é narrado como um ato de violência, uma vez que o termo “violência” não é empregado ao longo da descrição do ocorrido. A única menção a essa dimensão aparece no título, que utiliza a palavra “agressor” para se referir ao indivíduo envolvido. No corpo do texto, contudo, a abordagem adotada é distinta: o sujeito é descrito como “o suspeito de ter cometido o crime”, sendo identificado como um “consultor imobiliário”. Essa informação, referente à profissão do agressor, não apenas carece de relevância para a compreensão do fato em si, mas também introduz um elemento que humaniza sua figura, potencialmente construindo uma imagem socialmente positiva, como a de um “homem de família” ou profissional respeitável. Dessa maneira, a narrativa naturaliza e valida a ação lesbofóbica,

deslocando o foco da violência praticada contra o casal para uma suposta preocupação com a “proteção” de um ideal de família heteronormativo.

Justamente por não mencionar essa contextualização e o caráter sistêmico da lesbofobia, as matérias acabam, por consequência, não recorrendo a outras fontes (ou seja, especialistas ou pessoas que poderiam ajudar nesse sentido) para falar do ocorrido. Neste sentido, o acionamento de fontes percebido nas três notícias foi compilado na figura 2:

FIGURA 2
Mapeamento das fontes

Nº	FONTES ACIONADAS
N1	As vítimas e o agressor
N2	Apenas as vítimas
N3	Apenas as vítimas

FONTE – Autoria própria, 2025.

A contextualização da lesbofobia poderia ser realizada por meio de diferentes abordagens, entre as quais destaca-se a consulta a fontes especializadas no tema, a fim de conferir maior profundidade e rigor à análise. No entanto, ao examinar as notícias em questão, observa-se que, na N1, o jornalista responsável pela matéria não apenas omitiu a busca por especialistas no assunto, como optou por entrevistar o indivíduo que cometeu o crime, colocando – implicitamente – o relato das vítimas em dúvida. Já nas notícias N2 e N3, o acionamento de fontes limitou-se às vítimas, o que evidencia uma lacuna significativa no que diz respeito à inclusão de informações relevantes e ao aprofundamento das questões

relacionadas às lesbianidades. Tal abordagem reflete, portanto, uma negligência em relação à complexidade do tema e à representação adequada das vivências lésbicas.

Além disso, pensando na abordagem utilizada para trazer as vítimas como fontes, é possível perceber que essas têm pouco ou quase nenhum espaço nas matérias para além da violência sofrida. Na N3, por exemplo, a única informação conhecida é a profissão de apenas uma das integrantes do casal e na N2 apenas a idade de ambas as vítimas é citada. A N1, nesse sentido, diferencia-se das outras notícias, uma vez que, por meio dela, é possível conhecer o nome, a profissão e a idade das duas vítimas. É importante ressaltar que elementos e informações que compõem a identidade da vítima são imprescindíveis para formar seu imaginário para o público leitor. Isso porque, é através desse tipo de narrativa (em que há a presença de mais detalhes sobre a pessoa) que as vítimas deixam de ser vistas apenas como “números” e passam a serem enxergadas como humanas, isto é, como pessoas com vidas e sentimentos. Reforçando esse argumento, Gomes *et al* (2019) evidenciam como “nossas tentativas discursivas emergem para humanizar certas vidas e silenciar outras, e como isso acaba por perpetuar a violência normativa que privilegia algumas vidas em detrimento de outras” (Gomes *et al*, 2019, p. 4).

5.3 Análise imagética: o que as imagens presentes no *corpus* podem dizer acerca da lesbofobia?

Por fim, esta seção dedica-se à análise imagética e busca se aprofundar, prioritariamente, à discussão sobre quais imagens — incluindo fotografias, capturas de tela e vídeos — são mobilizadas nas matérias analisadas, bem como à exploração de como esses elementos visuais podem reverberar na construção de sentidos inerentes a cada uma das publicações. A investigação busca compreender de que maneira tais recursos visuais contribuem (ou não) para a estruturação narrativa, a produção de significados e a potencial influência na recepção por parte do público.

Na N1, a matéria inicia com uma fotografia de Raíssa e Beatriz, explicitando a relação íntima de namoro entre as duas. Nesse sentido, a foto utilizada pode ser considerada assertiva, uma vez que, ao evidenciar imageticamente a relação entre as vítimas, a matéria contribui para a visibilização desse vínculo, rompendo com a invisibilidade que muitas vezes

recai sobre casais lésbicos. No entanto, ao analisar o outro material disponível na matéria — um vídeo de 44 segundos que relata a notícia no telejornal —, é possível identificar aspectos problemáticos que merecem atenção.

O jornalista, ao narrar o fato, menciona que a “polícia está analisando se vai abrir o inquérito” para “investigar um suposto caso de homofobia na cidade”. Em seguida, descreve que um “casal de mulheres” estava em um bar e trocaram um “beijo do tipo selinho”, e que o proprietário do estabelecimento “não gostou” e “pediu para o garçom cancelar o pedido que as meninas tinham feito”. O tom adotado pelo jornalista ao longo da narrativa não reflete a gravidade da situação, tratando-a de forma descontraída e pouco engajada com a dimensão violenta do ocorrido. Além disso, a escolha lexical utilizada pelo jornalista é relevante para a análise já que em vez de caracterizar a ação do agressor como um ato lesbofóbico, o jornalista opta por uma expressão que sugere mera discordância ou desagrado (“o dono não gostou”), validando, mesmo que implicitamente, a atitude discriminatória.

Já na N2, há a disponibilização de um vídeo que mostra o momento da agressão. No material audiovisual, há, no início, uma advertência que menciona “atenção, imagens fortes”, o que já sinaliza uma intenção de impactar o espectador e, junto disso, revela uma possível exploração da violência como elemento de atração. Verifica-se que o conteúdo do vídeo, que inclui diálogos agressivos e a cena de violência física, não contribui para uma compreensão mais profunda do fato noticiado. Pelo contrário, a reprodução da cena parece servir mais como isca de cliques, o que busca chocar o público em vez de informar de forma contextualizada e reflexiva.

Como apontam Oliveira e Rodrigues (2021), a abordagem voltada para atrair o olhar do público por meio do “choque” tende a banalizar a violência, transformando-a em espetáculo, sem oferecer contribuições significativas para a discussão pública ou para a resolução do caso. Nesse sentido, a estratégia adotada pelo jornal pode ser vista como problemática, posto que, ao invés de promover uma reflexão crítica sobre o ocorrido, acaba por reforçar uma lógica midiática que usa do sofrimento alheio e da lesbofobia como forma de atrair audiência. Além disso, quando exposta dessa forma, a violência é transformada em espetáculo, consumível e rentável, o que se assemelha à noção de “capitalismo *gore*”, desenvolvido pela antropóloga mexicana Sayak Valencia (2010). Nesta concepção, enfatiza-se a ideia de que certos corpos são considerados descartáveis, especialmente os de pessoas marginalizadas (pobres, indígenas, mulheres, LGBTQIAPN+, migrantes). Destarte, a

violência contra esses corpos não só é tolerada, mas também funciona como um mecanismo de controle social e manutenção de hierarquias. Na N2, é possível perceber o quão espetacularizada e de modo pouco crítico a violência é narrada, se assemelhando a essa concepção descrita pela antropóloga.

Depois do vídeo da N2, é evidenciada, ainda, uma captura de tela do vídeo que explicita o agressor arremessando o banco, porém, a imagem é extremamente borrada – como é possível visualizar na Figura 3 – a ponto de se tornar incompreensível sem a legenda.

FIGURA 3
Imagem borrada do agressor durante o ato de agressão



FONTE: matéria do G1

Essa escolha editorial revela uma contradição: enquanto as vítimas são expostas em sua vulnerabilidade (com descrições detalhadas da agressão e do contexto em que ocorreu), o agressor é protegido por um resguardo jurídico e midiático que borra sua imagem e evita sua identificação plena. Essa prática, embora possa ser justificada por questões legais, como a presunção de inocência e o direito à imagem, acaba por reforçar uma assimetria de tratamento entre vítimas e agressores. Como apontado por Vanessa Rodrigues e Niara de Oliveira (2021), a mídia frequentemente opera de modo a proteger a identidade de agressores, enquanto as vítimas são expostas em sua dor e sofrimento. No caso analisado, a imagem borrada do agressor contrasta com a descrição explícita da violência sofrida pelas jovens, o

que pode ser interpretado como uma forma de minimizar a responsabilidade do agressor e, ao mesmo tempo, revitimizar as mulheres lésbicas.

Já no material referente à N3, observa-se a presença de uma imagem que retrata duas mãos entrelaçadas (Figura 4). Contudo, essa representação visual não contribui de maneira ativa ou substantiva para a compreensão do conteúdo noticiado. Pelo contrário, sua inserção gera certa ambiguidade, uma vez que não há qualquer indicação explícita de que as mãos retratadas pertençam ao casal que vivenciou a situação de violência narrada. Dessa forma, a imagem parece cumprir uma função meramente ilustrativa, associando-se de maneira genérica à ideia de uma relação afetiva, sem, no entanto, estabelecer conexões claras ou significativas com o contexto específico da notícia.

FIGURA 4
Imagem de mãos dadas na N3



FONTE: matéria do G1

A partir de todo esse percurso de análise um ponto é notório: as vítimas das três matérias foram violentadas por ousarem sair da norma heteropatriarcal, isto é, por “não corresponderem às expectativas do sistema heterossexual de estarem disponíveis emocional, física e/ou sexual aos homens” (Rodrigues, 2024, p. 16). Ao demonstrarem afeto em locais públicos, elas se atreveram a ter o comportamento “imoral” do carinho e enfrentar esse

sistema, que insiste em apontar – de forma brutal, muitas vezes – que o lugar das lesbianidades é em ambientes privativos.

6. Considerações finais

Por meio das discussões e análises realizadas anteriormente, percebemos diversos pontos nas matérias sobre lesbofobia. O primeiro deles refere-se ao apagamento da questão como uma violência sistêmica, uma vez que, em nenhuma das três matérias, há contextualizações feitas com dados, especialistas, ou sequer informações básicas sobre as vítimas, de forma a deixar a notícia genérica. O próprio termo “lesbofobia” não é citado em qualquer uma delas, o que expõe mulheres lésbicas à uma invisibilidade. Dessa forma, as vítimas das notícias sofreram uma segunda violência, agora a midiática.

Em relação às violências exercidas contra os corpos aqui em questão, é notório o acionamento da “imoralidade” sendo utilizado contra as vítimas, assim como a demarcação do ambiente para que possam trocar afetos. Assim como Leslie e Ofelia – as protagonistas dos filmes *Ponte para Terabitia* e *O labirinto do fauno*, respectivamente – ao ultrapassarem os muros impostos pela sociedade heteronormativa e questionarem os espaços delimitados a elas, essas vítimas sofreram retaliações, seja por meio de agressões físicas, verbais e/ou de um atendimento negado.

Na sequência, essas mulheres foram acometidas pela violência midiática, que, ao narrar seus casos, reforçaram e naturalizaram as estruturas opressivas já existentes. A mídia, ao retratar essas relações afetivas de forma sensacionalista, patológica ou, ainda, sem considerar as particularidades da violência, contribui para a estigmatização e a marginalização desses corpos e afetos. As narrativas construídas pelo meio de comunicação e, especialmente, no *corpus* aqui analisado, reduziram as vítimas às violências que sofreram, além de não tratarem a situação com o teor merecido e adequado. Ou seja, percebe-se que as mulheres que fogem à inteligibilidade sexo-gênero-desejo, conforme proposto por Judith Butler (2018), são penalizadas de vários modos: primeiro, por se afastarem da normatividade, e segundo, pela violência perpetuada pela mídia, que reforça a ideia de que seus corpos e afetos são desviantes ou menos legítimos.

Destarte, sintetizando as respostas dos questionamentos que motivaram essa pesquisa: Como as lesbianidades são acionadas pelos veículos jornalísticos? - de maneira superficial, sem a devida profundidade e/ou sensibilidade para abordar a complexidade das violências sofridas por mulheres lésbicas. Há uma contextualização de que a lesbofobia não é um caso isolado, mas sim sistêmico? Não, em nenhuma das três notícias isso foi identificado. As vítimas são violentadas novamente pela mídia? - Sim, uma vez que as vítimas são culpabilizadas, reduzidas à violência vivenciada e, muitas vezes, têm sua dor espetacularizada como um produto rentável.

Referências:

ABRIL, G **Análisis crítico de textos visuales. Mirar lo que nos mira.** Madrid: Editorial Sintesis, 2007, 256p.

BARRETOS, D. **O que resta ao corpo: disputas de sentido em textualidades sobre assassinatos de travestis e transexuais.** 2021. 191f. Tese (Doutorado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, UFMG, Belo Horizonte.

_____.; ZILLER, J.; XAVIER, K. **“Vou fazer você gostar de homem”: casos de estupro e lesbianidades em registros policiais e produções jornalísticas.** Disponível em: <<http://li.cnm.org.br/r/17HOe>> Acesso em 15/09/2024

BRAGA, K.; CAETANO, M.; RIBEIRO, A. A Educação e o seu investimento heteronormativo curricular. **Momento: diálogos em educação**, v. 28, n. 3, 2018.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão Da Identidade.** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro, 1ª ed. Civilização Brasileira, 2018, 226p

_____. **Quem tem medo do gênero.** Boitempo Editorial, 2024.280p.

BUENO, T.; REINO, L. **Títulos Jornalísticos.** São Luís: UFMA, 2022.

CALDEIRA, B.; ANTUNES, E.; CIRINO, J.; GÓES, J. Como dizer a invisibilidade dos processos jornalísticos: (re)pensando metodologias. In: MARTINS, B. et al (Orgs.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas.** 1ª ed. Belo Horizonte, MG: Relicário, 2019, cap. 5, p. 89-111.

CHARAUDEAU, Patrick. Les stéréotypes, c'est bien. Les imaginaires, c'est mieux. **Stéréotypage, stéréotypes: fonctionnements ordinaires et mises en scène**, v. 4, p. 49-62, 2007.

FERNANDES, Brenda; CERQUEIRA, Carla Preciosa Braga. **A violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos: do positivado ao noticiado.** 2017.

FIGUEIREDO, Rubens; CERVELLINI, Sílvia. Contribuições para o conceito de opinião pública. **Opinião pública**, v. 3, n. 3, p. 171-185, 1995.

GOMES, Ruthie Bonan et al. Novos diálogos dos estudos feministas da deficiência. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, 2019.

HARAWAY, D. Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo socialista no final do século XX. In: HOLLANDA, H.(org.) **Pensamento Feminista: Conceitos Fundamentais.** Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019. cap.6, p.163-220

KYRILLOS, Gabriela M. Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 1, p. 1-12, Apr/ago 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/zbRMRDkHJtkTsRzPzWTH4Zj/?lang=pt> Acesso em: 12 fev. 2025.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider: Ensaios e Conferências**. Tradução de Stephanie Borges. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

LOURO, G.L; Pedagogias da sexualidade In: LOURO, G. (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade**, Belo Horizonte, Autêntica, 2000, cap. 1, p. 4- 24.

MAUSS, Marcel. “As técnicas corporais”. In: . Sociologia e Antropologia. vol. 2. São Paulo: **E.P.U./EDUSP**, 1974.

MIRANDA, Cynthia Mara. Violência contra a mulher na mídia e os descaminhos da igualdade entre os gêneros. **Revista Observatório**, v. 3, n. 6, p. 445-464, 2017.

MICHAELIS. Misoginia. Michaelis online, 2025. Disponível em:<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/misoginia/>. Acesso em: 21 fev. 2025.

MICHAELIS. Moralidade. Michaelis online, 2025. Disponível em:<https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=moralidade>. Acesso em: 12 fev. 2025.

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. **Histórias de morte matada contadas feito morte morrida. A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira**. São Paulo: Drops, 2021.

PLAISANCE, Patrick Lee. **Ética na comunicação: princípios para uma prática responsável**. Porto Alegre: Artmed, 2011

PRADO, M.; MACHADO, F. **Preconceito contra homossexualidades: A hierarquia da invisibilidade**. São Paulo: Cortez, 2008.144p.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica (1980). In: ____ (org.). **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica & outros ensaios**. Rio de Janeiro: A Bolha, 2019. cap. 2, p. 25-108.

RODRIGUES, Maria Clara. **Lesbofobia no jornalismo digital: constelações de sentido em uma publicação sobre violência contra lésbicas no Instagram**. 2024. 112 f. Monografia (Graduação em Jornalismo) - Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2024.

RUBIN, G. **Políticas do sexo**. 1ª ed. São Paulo: Ubu Editora, 2017. 144p.

SAFFIOTI, H. **Gênero patriarcado violência**. 2.ed, São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTANA, A. Gênero, sexualidade e educação: perspectivas em debate. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v.7, n. 12, 2014, p. 151- 167

SANTOS, Michelle de Carvalho. O TÍTULO, A ISCA E A NOTÍCIA. **Revista CBTeCLE**, v. 8, n. 1, p. 192-202, 2024. Disponível em: <https://revista.cbtecle.com.br/index.php/CBTeCLE/article/view/1190>. Acesso em: 19 fev. 2025.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico. **Rumores**, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SILVA, Karina Gomes Barbosa da. Leslie e Ofélia, meninas que ousam sair do quarto: espaço, feminilidade e corpo em Ponte para Terabíthia e O labirinto do fauno. **Revista Mídia e Cotidiano**. v.14, n.1, 2020.

SOARES, Suane Felipe; PERES, Milena Cristina Carneiro. Lesbocídio: As histórias que ninguém conta. **Anais do Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades**, v. 1, 2017. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/30622>. Acesso em 1 fev. 2025.

VALENCIA, Sayak. **Capitalismo gore**. Tenerife: Melusina, 2010

VEIGA, M. **Masculino, o Gênero do Jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias**. 2010. 250 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação). UFRS, Porto Alegre.

WERMUTH, M.; CANCIANI, P. **Entre identidades e microrresistências: onde estão as lésbicas?** *Quaestio Iuris*, v. 11, n. 2, 2018.

WITTIG, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022. 144p.

ZILLER, J; BARRETOS, D. **Lésbicas também transam: disputas sobre a visibilidade das lesbianidades no Instagram**, 2020. Disponível em: < <https://abre.ai/lxxK> >; Acesso em 15/09/2024.